

FERNANDA
MARINELA

MANUAL DE
DIREITO ADMINISTRATIVO
volume único

2021



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

15^a | revista
edição | atualizada
ampliada



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia
Tel: (71) 3045.9051
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Víglier, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lobescorrea@hotmail.com)

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 15.ª edição.

M294 Manual de Direito Administrativo / Fernanda Marinela. – 15 ed. rev., atual. e ampl. – Salvador: Editora JusPodivm, 2021.
1.280 p. (Manuais - Volume Único)

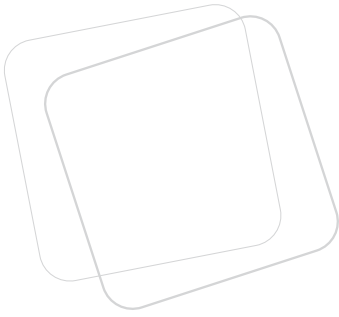
Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5680-630-3.

1. Direito Administrativo. I. Marinela, Fernanda. II. Título.

CDD 341.3

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.



SUMÁRIO

1. NOÇÕES PRELIMINARES	27
1. Direito.....	27
2. Direito administrativo.....	28
2.1. Conceito.....	28
2.2. Relação com outros ramos do Direito.....	32
2.3. Fontes do Direito Administrativo.....	34
2.4. Codificação do Direito Administrativo.....	39
2.5. Interpretação de regras do Direito Administrativo.....	40
2.6. Evolução histórica do Direito Administrativo.....	41
2.7. Sistemas administrativos.....	41
3. Estado, governo e administração pública	42
3.1. Estado.....	42
3.1.1. Poderes e funções do Estado.....	43
3.1.2. Organização do Estado.....	45
3.2. Governo.....	45
3.3. Administração Pública.....	46
4. Atividade administrativa.....	47
5. Quadro sinóptico.....	48
2. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	51
1. Conceito de regime jurídico administrativo	51
2. Distinção entre princípios e regras.....	52
3. Princípios do direito administrativo.....	54
3.1. Princípio da supremacia do interesse público.....	54
3.2. Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	56
3.2.1. Conceito de interesse público.....	56
3.3. Princípio da legalidade.....	58
3.4. Princípio da impessoalidade.....	62
3.5. Princípio da finalidade.....	66
3.6. Princípio da moralidade.....	68
3.7. Princípio da publicidade.....	68
3.8. Princípio da eficiência.....	73

3.9. Princípio da isonomia	76
3.10. Princípio do contraditório	78
3.11. Princípio da ampla defesa.....	80
3.12. Princípio da razoabilidade.....	82
3.13. Princípio da proporcionalidade.....	84
3.14. Princípio da continuidade	85
3.15. Princípio da autotutela.....	95
3.16. Princípio da especialidade	97
3.17. Princípio da presunção de legitimidade	97
3.18. Princípio da motivação.....	98
3.19. Princípio da segurança jurídica.....	100
4. A inobservância de um princípio	101
5. Quadro sinóptico.....	102
6. Súmulas correlatas.....	105
6.1. STF – Súmulas Vinculantes	105
6.2. Súmulas do STF.....	105
6.3. Súmulas do STJ.....	106
3. ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.....	107
1. Administração pública – organização administrativa	107
1.1. Princípios fundamentais da administração pública federal.....	108
1.2. A manifestação de vontade da pessoa jurídica – teorias sobre as relações com seus agentes.....	109
2. Formas de prestação da atividade administrativa.....	111
2.1. Formas de descentralização	112
3. Órgãos públicos.....	114
3.1. Principais características	115
3.2. Classificação	118
4. Administração direta.....	120
5. Administração indireta.....	121
5.1. Características gerais.....	122
5.2. Autarquias.....	126
5.2.1. Conceito e outras considerações	126
5.2.2. Regime jurídico.....	127
5.2.3. Autarquias profissionais	145
5.2.4. Autarquias territoriais.....	155
5.2.5. Autarquias de regime especial.....	155
5.3. Agências reguladoras.....	156
5.3.1. Conceito e função	156
5.3.2. Espécies de agências.....	157
5.3.3. Regime especial.....	158
5.3.4. Regras gerais	160
5.3.4.1. Estrutura organizacional.....	160

5.3.4.2.	Dirigentes das Agências Reguladoras	161
5.3.4.3.	Regime de pessoal	164
5.3.4.4.	Licitação	166
5.3.4.5.	Processo decisório das agências reguladoras	167
5.3.4.6.	Prestação de contas e Controle social	169
5.3.4.7.	Instrumentos de interação e articulação das agências reguladoras	170
5.4.	Fundação pública.....	173
5.4.1.	Conceito.....	173
5.4.2.	Natureza jurídica	174
5.4.3.	Fundação pública de direito público.....	176
5.4.4.	Fundação pública de direito privado	178
5.5.	Agências executivas.....	180
5.6.	Empresas estatais.....	182
5.6.1.	Conceitos	182
5.6.2.	Principais semelhanças e diferenças entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista	183
5.6.3.	Finalidades	185
5.6.4.	Regime jurídico.....	186
6.	Quadro sinóptico.....	210
7.	Súmulas correlatas.....	213
7.1.	STF – Súmulas Vinculantes	213
7.2.	Súmulas do STF	214
7.3.	Súmulas do STJ.....	214
4.	TERCEIRO SETOR.....	217
1.	Setores da economia nacional.....	217
2.	Entes de cooperação	219
2.1.	Serviços sociais autônomos.....	219
2.2.	Entidades de apoio.....	224
2.3.	Organizações sociais.....	226
2.4.	Organizações da sociedade civil de interesse público.....	230
2.4.1.	Semelhanças e distinções entre OS e Oscip	233
2.5.	Organização da sociedade civil	233
3.	Parcerias com poder público	234
3.1.	Parcerias com a Organização da Sociedade Civil – Lei n. 13.019/2014.....	236
3.1.1.	Organização da sociedade civil.....	238
3.1.2.	Dos impedimentos e vedações (arts. 39 a 41).....	240
3.1.3.	Formalização	241
3.1.3.1.	Seleção.....	241
3.1.3.1.1.	Procedimento de manifestação de interesse público	241
3.1.3.1.2.	Chamamento público	242

3.1.3.2.	Novos instrumentos – termo de colaboração, termo de fomento e acordos de cooperação.....	246
3.1.4.	Medidas para execução e eficiência da parceria.....	249
3.1.4.1.	Planejamento.....	249
3.1.4.2.	Regras para execução.....	249
3.1.4.3.	Monitoramento e avaliação.....	250
3.1.4.4.	Prestação de contas.....	252
3.1.5.	Responsabilidades e sanções.....	254
3.2.	Parcerias com Fundos Patrimoniais – Lei n. 13.800/2019.....	254
4.	Quadro sinóptico.....	259
5.	Súmulas correlatas.....	264
5.1.	Súmulas do STF.....	264
5.2.	Súmulas do STJ.....	264
5.	PODERES DA ADMINISTRAÇÃO E DOS ADMINISTRADORES	265
1.	Conceito.....	265
2.	Características.....	266
3.	Poder vinculado e poder discricionário.....	267
4.	Poder regulamentar.....	268
4.1.	Considerações sobre atos normativos, leis e regulamentos.....	268
4.2.	Tipos de regulamento.....	269
4.3.	Controle dos atos administrativos.....	272
5.	Poder hierárquico.....	275
6.	Poder disciplinar.....	276
7.	Poder de polícia.....	279
7.1.	Conceito.....	280
7.2.	A expressão “poder de polícia”.....	282
7.3.	Fundamento e essência do poder de polícia.....	282
7.4.	Atos por meio dos quais se expressa o poder de polícia.....	285
7.5.	Delegação dos atos de polícia.....	285
7.6.	Atributos do poder de polícia.....	288
7.7.	Poder de polícia e o princípio da proporcionalidade.....	290
7.8.	Controle dos atos de polícia.....	291
7.9.	Setores da polícia administrativa.....	291
7.10.	Polícia administrativa e polícia judiciária.....	291
8.	Poderes e deveres do administrador público.....	292
8.1.	Deveres do administrador.....	292
8.2.	Uso e abuso de poder.....	293
8.3.	Formas de abuso de poder.....	293
8.4.	Abuso de poder e legalidade.....	294
9.	Quadro sinóptico.....	295
10.	Súmulas correlatas.....	297
10.1.	STF – Súmulas Vinculantes.....	297

10.2. Súmulas do STF	297
10.3. Súmulas do STJ.....	298
6. ATO ADMINISTRATIVO	299
1. Introdução e conceito	299
1.1. Ato e fato jurídico	299
1.2. Ato da administração e ato administrativo	302
1.3. Conceito de ato administrativo	303
2. Vinculação e discricionariedade.....	305
3. Elementos do ato administrativo	308
3.1. Sujeito competente.....	309
3.1.1. Principais regras.....	310
3.2. Forma.....	312
3.2.1. Princípio da solenidade.....	313
3.2.2. Silêncio administrativo.....	314
3.2.3. Vício na forma.....	316
3.3. Motivo	316
3.3.1. Legalidade do motivo.....	317
3.3.2. Principais distinções.....	318
3.3.3. Teoria dos motivos determinantes.....	322
3.4. Objeto.....	324
3.4.1. Requisitos de validade.....	325
3.4.2. Discricionariedade e vinculação	325
3.5. Finalidade.....	326
3.5.1. Distinções: motivo, objeto e finalidade.....	327
3.6. Quadro comparativo.....	327
4. Mérito administrativo	328
4.1. Possibilidade de controle pelo Poder Judiciário.....	330
5. Atributos do ato administrativo.....	332
5.1. Presunção de legitimidade, legalidade e de veracidade	333
5.2. Autoexecutoriedade.....	334
5.3. Imperatividade.....	335
5.4. Tipicidade.....	336
6. Classificação.....	336
6.1. Quanto aos destinatários.....	336
6.2. Quanto ao alcance	337
6.3. Quanto à manifestação de vontade	337
6.4. Quanto ao grau de liberdade.....	338
6.5. Quanto ao objeto.....	338
6.6. Quanto à formação.....	339
6.7. Quanto à estrutura do ato.....	340
6.8. Quanto aos efeitos.....	341
6.9. Quanto aos resultados na esfera jurídica.....	341

6.10. Quanto à situação jurídica que criam.....	341
7. Modalidades de atos administrativos.....	342
7.1. Atos normativos.....	342
7.2. Atos ordinatórios.....	344
7.3. Atos negociais.....	345
7.4. Atos enunciativos.....	348
7.5. Atos punitivos.....	349
8. Formação e efeitos.....	350
8.1. Perfeição.....	350
8.2. Validade.....	351
8.3. Eficácia.....	351
8.4. Possíveis combinações.....	353
9. Extinção do ato administrativo.....	354
9.1. Formas de extinção.....	354
9.2. Invalidação.....	356
9.2.1. Formas de invalidação.....	356
9.2.2. Anulação.....	358
9.2.3. Convalidação e sanatória.....	364
9.2.4. Estabilização de efeitos.....	365
9.2.5. Possíveis vícios do ato administrativo.....	371
9.3. Revogação.....	372
9.4. Coisa julgada administrativa.....	375
10. Quadro sinóptico.....	376
11. Súmulas correlatas.....	381
11.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	381
11.2. Súmulas do STF.....	381
11.3. Súmulas do STJ.....	382
7. LICITAÇÃO.....	383
1. Conceito e legislação.....	383
1.1. Regime de transição.....	386
1.2. Critérios transnacionais.....	391
2. Finalidade.....	392
3. Competência para legislar.....	394
4. Sujeitos à licitação.....	396
5. Incidência da lei.....	404
6. Princípios básicos.....	405
7. Os agentes públicos e as comissões de licitações.....	418
7.1. Das comissões de licitação na Lei nº 8.666/93.....	420
7.2. Das vedações dos agentes públicos.....	422
8. Contratação direta – dispensa e inexigibilidade.....	423
8.1. Inexigibilidade.....	426
8.1.1. Pressupostos para a realização da licitação.....	426

8.1.2.	Objeto licitável e a pluralidade.....	427
8.1.2.1.	Bem singular	427
8.1.2.2.	Serviços singulares	428
8.1.2.3.	Hipóteses legais de inexigibilidade.....	428
8.2.	Dispensa de licitação.....	434
8.2.1.	Licitação dispensada.....	434
8.2.2.	Licitação dispensável.....	437
8.2.2.1.	Quadro comparativo – dispensa de licitação.....	447
9.	Modalidades	454
9.1.	Concorrência.....	460
9.2.	Tomada de preços.....	462
9.3.	Convite	464
9.4.	Concurso.....	466
9.5.	Leilão.....	468
9.6.	Pregão.....	470
9.7.	Diálogos competitivos.....	474
9.8.	Outras modalidades.....	475
10.	Procedimento licitatório	476
10.1.	Procedimento geral na Lei nº 8.666/93.....	476
10.1.1.	Fase interna	477
10.1.2.	Fase externa	485
10.2.	Procedimento licitatório da lei nº 10.520/02	497
10.2.1.	Pregão eletrônico.....	500
10.3.	Procedimento geral na Lei nº 14.133/2021	507
10.3.1.	Fase preparatória.....	507
10.3.2.	Fase de divulgação do edital de licitação.....	514
10.3.3.	Fase de apresentação de propostas e lances	515
10.3.4.	Fase de julgamento.....	517
10.3.5.	Fase de habilitação.....	522
10.3.6.	Fase recursal.....	526
10.3.7.	Fase de homologação	528
11.	Procedimentos auxiliares.....	528
11.1.	Credenciamento	528
11.2.	Procedimento de pré-qualificação.....	529
11.3.	Procedimento de manifestação de interesse.....	530
11.4.	Sistema de registros de preços.....	530
11.5.	Registro cadastral.....	535
12.	Algumas licitações	536
12.1.	Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica	536
12.2.	Licitações internas e internacionais	538
12.3.	Licitações das microempresas e empresas de pequeno porte	539
12.4.	Licitação para contratação de serviço de publicidade	543
12.5.	Regime diferenciado de contratações (RDC)	544

12.6. Licitações nas empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei n. 13.303/2016)	548
12.7. Regime de licitação e contratação pública para enfrentamento a pandemia de covid-19.....	556
13. Das irregularidades	560
13.1. Infrações e sanções administrativas.....	560
13.2. Das impugnações, dos pedidos de esclarecimento e dos recursos.....	560
13.2.1. Dos recursos, do pedido de reconsideração e da representação na Lei n. 8.666/93	560
13.2.2. Dos recursos, dos pedidos de esclarecimentos e das impugnações na Lei n. 14.133/2021	562
13.3. Do controle das contratações.....	563
14. Quadro sinóptico.....	566
15. Súmulas correlatas.....	575
15.1. Súmulas do STF.....	575
15.2. Súmula do STJ.....	575
8. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	577
1. Conceito.....	577
2. Características	579
3. Formalismo.....	580
4. Cláusulas necessárias.....	585
5. Garantia	590
6. Duração do contrato.....	592
7. Pagamentos devidos ao contratado.....	597
8. Cláusulas exorbitantes.....	604
9. Alteração contratual.....	610
9.1. Alteração unilateral do contrato administrativo.....	610
9.2. Alteração bilateral do contrato	613
9.2.1. Teoria da imprevisão	615
9.3. Situações específicas para alguns contratos	617
9.4. Matriz de alocação de riscos.....	618
10. da execução do contrato e suas responsabilidades.....	619
11. Regras para entrega do objeto do contrato.....	624
12. Extinção do contrato administrativo.....	626
12.1. Formas de extinção do contrato da Lei n. 8.666/93.....	626
12.2. Das hipóteses de extinção dos contratos na Lei n. 14.133/2021/2021	631
12.3. Das nulidades do contrato administrativo.....	633
12.4. Meios alternativos de resolução de controvérsias	634
13. Infrações e sanções administrativas.....	636
13.1. Sanções na Lei nº 8.666/93	636
13.2. Sanções na Lei nº 14.133/2021	637
13.3. Infrações da Lei nº 8.666/93.....	638

13.4. Infrações na Lei nº 14.133/2021	639
14. Do procedimento administrativo de apuração das infrações administrativas.....	640
15. Responsabilização criminal, civil e administrativa.....	643
16. Contratos em espécie	645
16.1. Contratos propriamente ditos.....	646
16.2. Contrato de concessão.....	647
16.3. Contrato de permissão de serviço público.....	648
16.4. Contrato de gestão.....	649
17. Convênios e consórcios.....	651
18. Consórcios públicos.....	653
19. Contratos nas empresas públicas e sociedades de economia mista	661
20. Quadro sinóptico.....	663
21. Súmulas correlatas.....	672
21.1. Súmulas do STF.....	672
21.2. Súmulas do STJ.....	673
9. SERVIÇOS PÚBLICOS	675
1. Conceito e elementos definidores.....	675
2. Princípios.....	677
2.1. Princípio da continuidade.....	679
2.1.1. Instrumentos para garantir a continuidade.....	679
2.1.2. Possibilidades de interrupção do serviço	686
3. Determinação constitucional.....	694
4. Classificação.....	695
5. Delegação do serviço público	699
5.1. Concessão comum de serviço público.....	700
5.1.1. Fundamento legal.....	700
5.1.2. Conceito.....	700
5.1.3. Poder concedente.....	701
5.1.3.1. Direitos e obrigações do poder concedente.....	702
5.1.4. O concessionário.....	704
5.1.4.1. Direitos e obrigações do concessionário	704
5.1.5. Direitos e obrigações do usuário	707
5.1.6. Natureza jurídica	708
5.1.7. Distinções.....	709
5.1.8. Formalidades da concessão.....	709
5.1.8.1. Procedimento licitatório	710
5.1.8.2. Contrato de concessão	713
5.1.8.3. Possibilidades de transferência	714
5.1.9. A remuneração e a política tarifária	716
5.1.10. Formas de extinção.....	719
5.2. Parcerias do Poder Público com os particulares	721
5.2.1. Conceito.....	721

5.2.2.	Legislação.....	721
5.2.3.	Objetivos.....	723
5.2.4.	Modalidades.....	724
5.2.5.	Características.....	725
5.2.6.	Diretrizes.....	726
5.2.7.	Formalização da concessão especial	727
5.2.7.1.	Procedimento licitatório.....	727
5.2.7.2.	Contrato de concessão especial.....	729
5.2.7.3.	Sociedade de propósito específico.....	731
5.2.8.	Vedações.....	732
5.2.9.	Concessões especiais para o âmbito federal.....	732
5.3.	Permissão de serviço público.....	734
5.3.1.	Conceito e requisitos.....	734
5.3.2.	A precariedade e a formalização.....	735
5.3.3.	Principais diferenças	737
5.4.	Autorização de serviço público	738
6.	Quadro sinóptico.....	739
7.	Súmulas correlatas.....	742
7.1.	STF – Súmulas Vinculantes	742
7.2.	Súmulas do STF.....	743
7.3.	Súmulas do STJ.....	743

10. AGENTES PÚBLICOS 745

1.	Conceito.....	745
2.	Classificação.....	746
2.1.	Agentes políticos	747
2.2.	Servidores estatais.....	749
2.2.1.	Servidores públicos.....	749
2.2.1.1.	Regime jurídico dos servidores públicos	750
2.2.1.1.1.	Regime jurídico único.....	754
2.2.1.1.2.	A escolha do regime jurídico – preferência do regime estatutário.....	755
2.2.1.1.3.	Garantia de manutenção do regime jurídico....	759
2.2.2.	Servidores de entes governamentais de direito privado.....	761
2.3.	Particulares em colaboração com a administração.....	764
3.	Organização funcional.....	766
3.1.	Conceitos.....	766
3.1.1.	Cargo público	767
3.1.2.	Função pública.....	768
3.1.2.1.	Cargo em comissão e função de confiança: distinção.....	769
3.1.3.	Emprego público.....	771
3.1.4.	Contrato temporário.....	771
3.2.	Cargo público – regras gerais	772

3.2.1.	Classificação	772
3.2.2.	Provimento	774
3.2.3.	Nomeação, posse e exercício.....	780
3.2.4.	Formas de deslocamento	781
3.2.5.	Vacância.....	783
3.2.6.	Desinvestidura – exoneração e demissão	785
4.	Regras constitucionais.....	788
4.1.	Acessibilidade.....	788
4.2.	Concurso público.....	789
4.2.1.	Exceções ao concurso público	791
4.2.2.	Requisitos para concurso.....	797
4.2.3.	Publicidade.....	815
4.2.4.	Mudança no edital de concurso.....	816
4.2.5.	Prazo de validade	818
4.2.6.	Direito à nomeação.....	818
4.2.7.	Realização de novo concurso público.....	827
4.2.8.	Concurso público e a possibilidade de controle.....	828
4.2.9.	Nulidades da nomeação e da investidura – teoria do fato consumado.....	831
4.2.10.	Contratação irregular – consequências	835
4.3.	Competência para julgamento das ações.....	837
4.4.	Contratação temporária.....	839
4.5.	Estabilidade.....	846
4.5.1.	Conceitos: estabilidade, efetividade e vitaliciedade.....	846
4.5.2.	Estabilidade e o texto constitucional.....	847
4.5.2.1.	Estabilidade nas pessoas jurídicas de direito público	851
4.5.2.2.	Estabilidade nas pessoas jurídicas de direito privado....	853
4.5.2.3.	Estabilidade em resumo.....	854
4.5.3.	Estabilidade e dispensa.....	855
4.5.4.	Estágio probatório	861
4.6.	Direito de greve.....	866
4.7.	Direito à sindicalização.....	871
4.8.	Acumulação.....	872
4.9.	Sistema remuneratório	879
4.9.1.	Modalidades remuneratórias.....	879
4.9.2.	Regras para fixação da remuneração	883
4.9.3.	Revisão remuneratória.....	884
4.9.4.	Teto remuneratório	886
4.9.5.	Princípio da irredutibilidade.....	895
4.9.6.	Princípio da isonomia	896
4.9.7.	Proibição de vinculação e equiparação.....	897
4.9.8.	Pagamentos em atraso.....	898
4.10.	Direitos sociais	899

4.11. Limite de despesas com pessoal.....	901
4.12. Aposentadoria.....	904
4.12.1. Conceitos fundamentais – premissas.....	904
4.12.2. Histórico da aposentadoria – as diversas emendas constitucionais e suas mudanças.....	907
4.12.3. Modalidades.....	921
4.12.4. Princípio da integralidade.....	927
4.12.5. Princípio da paridade.....	928
4.12.6. Teto de proventos e regime complementar.....	929
4.12.7. Contribuição dos inativos e pensionistas.....	932
4.12.8. Cenário atual.....	935
5. Direitos e vantagens dos servidores estatutários.....	936
6. Deveres e responsabilidades dos servidores estatutários.....	942
7. Quadro sinóptico.....	945
8. Súmulas correlatas.....	950
8.1. Súmulas Vinculantes.....	950
8.2. Súmulas do STF.....	952
8.3. Súmulas do STJ.....	954
8.4. Súmulas do TST.....	955
11. BENS PÚBLICOS.....	957
1. Domínio Público.....	957
2. Conceito.....	958
3. Competência Legislativa.....	962
4. Classificação dos Bens Públicos.....	962
5. Afetação e Desafetação.....	967
6. Regime jurídico dos bens públicos.....	970
7. Aquisição de bens para o Patrimônio Público.....	974
8. Alienação de Bens Públicos.....	977
9. Gestão de Bens Públicos.....	981
9.1. Utilização especial ou anormal – uso privativo.....	986
10. Bens Públicos em espécie.....	989
11. Quadro Sinóptico.....	995
12. Súmulas Correlatas.....	997
12.1. Súmulas do STF.....	997
12.2. Súmula do STJ.....	998
12. INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE.....	999
1. Direito de propriedade.....	999
2. Intervenção na propriedade.....	1000
3. Fundamentos e regras constitucionais.....	1000
4. Modalidades de intervenção.....	1001

4.1. Limitação administrativa.....	1002
4.1.1. Indenização	1004
4.1.2. Controle	1010
4.2. Servidão administrativa.....	1010
4.2.1. Elementos definidores	1011
4.2.2. Formas de constituição	1012
4.2.3. Indenização	1012
4.2.4. Distinções.....	1013
4.2.5. Causas extintivas.....	1014
4.2.6. Modalidades.....	1014
4.3. Requisição.....	1016
4.4. Ocupação temporária	1018
4.4.1. Hipóteses de ocupação temporária.....	1018
4.4.2. Distinções.....	1020
4.5. Tombamento.....	1021
4.5.1. Conceito e características.....	1021
4.5.2. Natureza jurídica	1022
4.5.3. Competência.....	1024
4.5.4. Bens objeto de tombamento.....	1025
4.5.5. Modalidades.....	1026
4.5.6. Obrigações.....	1026
4.5.7. Indenização	1029
4.5.8. Procedimento	1029
4.5.9. Extinção.....	1030
4.6. Desapropriação.....	1031
4.6.1. Objeto.....	1033
4.6.2. Competência.....	1036
4.6.3. Modalidades de desapropriação	1038
4.6.3.1. Desapropriação comum	1038
4.6.3.2. Desapropriação sancionatória.....	1042
4.6.3.3. Desapropriação indireta	1048
4.6.3.4. Desapropriação privada.....	1052
4.6.4. Situações especiais – destinação dos bens desapropriados	1053
4.6.5. Procedimento administrativo.....	1054
4.6.6. Procedimento judicial – ação de desapropriação.....	1058
4.6.7. Da indenização	1062
4.6.8. Ação de desapropriação rural.....	1076
4.6.9. Desapropriação de enfiteuse	1077
4.6.10. Direito de extensão.....	1079
4.6.11. Tredestinação.....	1080
4.6.12. Retrocessão.....	1080
5. Quadro sinóptico.....	1082
6. Súmulas Correlatas	1086

6.1. STF – Súmulas Vinculantes	1086
6.2. Súmulas do STF	1086
6.3. Súmulas do STJ	1087
13. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	1089
1. Aspectos Gerais – Fundamentos.....	1089
2. Evolução.....	1091
3. Tipos de responsabilidade.....	1094
4. Elementos definidores.....	1095
4.1. Sujeitos.....	1095
4.2. Conduta estatal lesiva.....	1099
4.3. Dano indenizável	1109
4.4. A indenização.....	1113
4.5. Hipóteses de exclusão.....	1114
5. Vias para reparação do dano	1117
6. Ação judicial – legitimidade passiva.....	1118
7. Ação regressiva.....	1121
8. Denúnciação da lide	1122
9. Prescrição.....	1124
10. Quadro sinóptico.....	1129
11. Súmulas correlatas.....	1132
11.1. STF – Súmulas Vinculantes	1132
11.2. Súmula do STF.....	1132
11.3. Súmulas do STJ.....	1132
14. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO	1133
1. Introdução e conceito	1133
2. Evolução.....	1134
3. Controle do estado – atividade política e atividade administrativa.....	1134
4. Controle da atividade administrativa.....	1136
4.1. Classificação	1138
4.1.1. Quanto ao órgão controlador.....	1138
5. Controle administrativo	1143
5.1. Aspectos gerais.....	1143
5.2. Meios de controle.....	1145
5.3. Órgãos específicos de controle.....	1150
6. Controle legislativo.....	1154
6.1. Tribunais de contas.....	1156
7. Controle judicial.....	1161
7.1. Meios de controle judicial.....	1162
7.1.1. Mandado de segurança.....	1163
7.1.2. Ação popular	1166

7.1.3.	Ação civil pública.....	1167
7.1.4.	Mandado de injunção.....	1168
7.1.5.	Habeas data	1170
7.1.6.	Ação direta de inconstitucionalidade.....	1171
8.	Atos interna corporis	1171
9.	Quadro sinóptico.....	1172
10.	Súmulas correlatas.....	1175
10.1.	Súmulas Vinculantes.....	1175
10.2.	Súmulas do STF.....	1175
10.3.	Súmulas do STJ.....	1177
15.	PROCESSO ADMINISTRATIVO	1179
1.	Conceito	1179
2.	Fontes do processo administrativo.....	1179
3.	Objetivos e obrigatoriedade.....	1180
4.	Princípios do processo administrativo.....	1182
4.1.	Princípio do devido processo legal.....	1183
4.2.	Princípio do contraditório	1184
4.3.	Princípio da ampla defesa.....	1185
4.4.	Princípio da verdade real	1190
4.5.	Princípio da legalidade e princípio da finalidade	1191
4.6.	Princípio da motivação.....	1191
4.7.	Princípio da razoabilidade e princípio da proporcionalidade.....	1193
4.8.	Princípio da oficialidade.....	1193
4.9.	Princípio da autotutela	1194
4.10.	Princípio da celeridade.....	1195
5.	Modalidades de procedimento	1196
6.	A lei geral do Processo Administrativo – Lei n. 9.784/99.....	1197
6.1.	Aspectos gerais.....	1198
6.2.	Fases do procedimento.....	1201
7.	Procedimento administrativo disciplinar.....	1206
7.1.	Conceito e finalidade	1206
7.2.	Tipos de procedimento disciplinar.....	1208
7.2.1.	Sindicância.....	1208
7.2.2.	Processo administrativo propriamente dito.....	1209
7.2.3.	Processo sumário	1210
7.2.4.	Verdade sabida	1212
7.3.	Processo administrativo disciplinar propriamente dito	1212
7.4.	Prescrição e duração do processo.....	1222
7.5.	Independência das instâncias	1227
8.	Controle pelo poder judiciário	1228
9.	Quadro sinóptico.....	1228
10.	Súmulas correlatas.....	1233

10.1. STF – Súmulas Vinculantes	1233
10.2. Súmulas do STF	1233
10.3. Súmulas do STJ.....	1234

16. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 1237

1. Introdução	1237
2. Conceito	1238
3. Competência legislativa.....	1239
4. Fonte normativa.....	1240
5. Bem jurídico tutelado.....	1242
6. Natureza do ilícito de improbidade administrativa.....	1243
7. Composição do ato de improbidade administrativa.....	1245
7.1. Sujeito ativo	1245
7.2. Sujeito passivo	1250
7.3. Conduta típica.....	1251
7.4. Elemento subjetivo	1256
7.5. Dano.....	1258
8. Cominações ao ato de improbidade.....	1259
9. Procedimentos administrativo e judicial	1262
9.1. Processo administrativo	1263
9.2. Processo judicial.....	1263
10. Prescrição.....	1269
11. Outras previsões legais sobre atos de improbidade administrativa.....	1270
12. Quadro sinóptico.....	1270
13. Súmulas correlatas.....	1274
13.1. STF – Súmulas Vinculantes	1274
13.2. Súmulas do STF	1274
13.3. Súmulas do STJ.....	1275

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 1277